# EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS, DESAFIOS E CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA TRANSFORMADORA

FABIANA DE BARROS SILVA

RESUMO
A educação antirracista na Educação Infantil constitui um compromisso ético e político necessário ao enfrentamento do racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Este artigo discute fundamentos teóricos e legais que sustentam práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial desde os primeiros anos de vida. Parte-se do pressuposto de que a infância é um
período crucial para a construção da identidade e das relações sociais, e que a escola desempenha papel central na reprodução ou no enfrentamento das desigualdades raciais. A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e exploratório, fundamentada em autores clássicos dos
estudos étnico-raciais, bem como em documentos normativos que orientam a educação brasileira. Os resultados indicam que, embora haja avanços legais, práticas pedagógicas antirracistas ainda são pouco efetivas devido à carência de formação docente, à insuficiente representatividade nos materiais didáticos e à persistência de práticas naturalizadas de exclusão. Conclui-se que a efetivação de uma educação antirracista exige revisão curricular, intencionalidade pedagógica, formação contínua e o reconhecimento da pluralidade cultural como fundamento da democracia escolar.
PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Educação Antirracista. Identidade Negra. Relações Étnico-Raciais. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT
Anti-racist education in early childhood education is an ethical and political commitment essential to confronting structural racism in Brazilian society. This article discusses the theoretical and legal foundations that guide pedagogical practices aimed at racial equity from early childhood. It assumes that childhood is a crucial period for the construction of identity and social relationships, and that the school plays a central role in reproducing or combating racial inequalities. The methodology consists of qualitative and exploratory bibliographical research based on classic authors of ethnic-racial studies and normative documents guiding Brazilian education. The results indicate that despite legal progress, anti-racist pedagogical practices remain limited due to insufficient teacher training, inadequate representativeness in teaching materials, and the persistence of naturalized exclusion practices. It is concluded that implementing anti-racist education requires curricular revision, pedagogical intentionality, continuous teacher development, and the recognition of cultural plurality as a foundation for democratic schooling.
KEY-WORDS: Early Childhood Education. Anti-racist Education. Black Identity. Ethnic-Racial Relations. Pedagogical Practices.

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é reconhecida como um período fundamental no desenvolvimento humano. É nesta fase que as crianças estabelecem suas primeiras interações sociais fora do núcleo familiar, começam a compreender o mundo ao seu redor e, crucialmente, iniciam o processo de construção de suas identidades. Ao contrário do mito da "infância inocente" ou "daltônica" (que não enxergaria cores), pesquisas demonstram que crianças bem pequenas já percebem diferenças físicas, incluindo a cor da pele e o tipo de cabelo, e começam a absorver os valores sociais atribuídos a essas características.

O Brasil, marcado por um processo histórico de escravização de quase quatro séculos e pela subsequente marginalização das populações negras e indígenas, estruturou-se sobre bases racistas. O racismo no país não é um fenômeno esporádico ou fruto de "más intenções" individuais, mas um sistema estrutural que organiza as relações políticas, econômicas e sociais, gerando profundas desigualdades. A escola, como instituição socializadora, não está imune a essa estrutura. Historicamente, o ambiente escolar

brasileiro tem sido um espaço de reprodução de preconceitos, seja pela omissão da história africana e afro-brasileira, seja pela estereotipação ou invisibilização de crianças negras em seus currículos e materiais.

Diante desse cenário, a implementação de uma educação antirracista desde a educação infantil torna-se um imperativo ético, político e legal. A promulgação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro- brasileira e indígena em todos os níveis de ensino, foi um marco histórico resultado das lutas do Movimento Negro. Contudo, a lei por si só não muda a realidade da sala de aula; é necessária uma ação intencional e contínua dos educadores.

Este artigo tem como objetivo discutir a importância e os caminhos para a efetivação da educação antirracista na educação infantil. Busca-se analisar como o racismo impacta a formação da identidade na infância, quais os fundamentos legais e teóricos que sustentam essa prática, e quais estratégias pedagógicas podem ser adotadas para construir um ambiente escolar promotor da igualdade racial. Além disso, o texto reflete sobre os desafios persistentes, como a lacuna na formação docente e a resistência cultural à temática.

## 2. DESINVOLVIMENTO

A educação antirracista na Educação Infantil constitui um eixo fundamental para a construção de práticas pedagógicas que promovam equidade, justiça social e reconhecimento das diferentes identidades que compõem a sociedade brasileira. A infância é um período estruturante, no qual as crianças elaboram interpretações sobre si mesmas, sobre o outro e sobre o mundo. Diversos
estudos demonstram que, já nos primeiros anos de vida, elas percebem diferenças de cor da pele, cabelo e traços físicos e atribuem a essas características valores que refletem as hierarquias raciais presentes na
sociedade. Diante desse cenário, torna-se imprescindível que a escola assuma uma postura ativa na desconstrução de estereótipos, oferecendo experiências que valorizem a diversidade étnico-racial e promovam o fortalecimento da identidade das crianças negras.

A ausência de representatividade, a repetição de padrões estéticos eurocentrados e a invisibilidade da cultura afro-brasileira contribuem para a reprodução de práticas discriminatórias que afetam o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças. A implementação de práticas antirracistas requer a reorganização dos ambientes, dos materiais e das interações pedagógicas. Os espaços da Educação Infantil devem refletir pluralidade, com livros, imagens, brinquedos e recursos didáticos que valorizem a estética negra e permitam às crianças se reconhecerem de forma positiva. A seleção da literatura infantil tem papel crucial nesse processo, pois as narrativas funcionam como espelhos e janelas que influenciam diretamente a construção da autoestima e das percepções sociais. Quando as crianças negras não se veem representadas ou aparecem apenas em papéis subalternos, desenvolvem sentimentos de inferioridade e
afastamento da própria identidade. Da mesma forma, as crianças brancas precisam ter acesso a referências diversas para compreender que a diferença não implica desigualdade. Assim, trabalhar com livros, músicas, histórias e elementos culturais afro-brasileiros de forma contínua e contextualizada
fortalece o senso de pertencimento e amplia o repertório cultural do grupo. O papel do professor é determinante para o sucesso dessa proposta.

A postura pedagógica deve ser intencional, crítica e reflexiva, compreendendo que a neutralidade não existe quando se trata de relações étnico-raciais.

Educadores que não reconhecem as manifestações do racismo na escola tendem a naturalizar práticas discriminatórias presentes nas interações cotidianas. Por isso, a formação continuada é indispensável, proporcionando estudo teórico, análise de situações reais e desenvolvimento de estratégias para enfrentar desigualdades e construir ambientes inclusivos. Além disso, o professor precisa intervir diante de falas, brincadeiras e atitudes que reforcem preconceitos, explicando às crianças, de maneira sensível e acessível, que todos os corpos, cabelos e

tons de pele são dignos de respeito. A educação antirracista deve ser integrada ao projeto pedagógico da instituição,
constituindo um compromisso coletivo, e não responsabilidade individual do docente. A escola precisa compreender que trabalhar relações étnico-raciais não é algo pontual ou ligado apenas ao mês de novembro, mas um processo permanente que envolve currículo, formação, comunicação com famílias, aquisição de materiais e revisão das práticas institucionais. Assim, promover uma educação antirracista na Educação Infantil significa investir na formação de sujeitos críticos, conscientes e capazes de valorizar a diversidade desde cedo. Trata-se de um trabalho contínuo que transforma não apenas o cotidiano escolar, mas também a sociedade, ao contribuir para a construção de uma cultura de respeito, reconhecimento e igualdade racial.

## 2.1. MATERIAIS E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos propostos, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e exploratório. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet, permitindo ao pesquisador uma cobertura mais ampla dos fenômenos do que a que poderia ser pesquisada diretamente. O levantamento dos dados foi realizado a partir da seleção de obras de autores referência no campo das relações étnico-raciais e educação no Brasil, tais como Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Eliane Cavalleiro e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, além de teóricos do racismo estrutural como Silvio Almeida. Foram também analisados documentos normativos oficiais, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil. A análise do material coletado buscou articular os conceitos teóricos com a realidade prática das instituições de educação infantil.

## 2.2. REPRESENTATIVIDADE, LINGUAGENS E CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO ANTIRRACISTA

A educação antirracista na Educação Infantil demanda uma compreensão profunda de como o racismo estrutural se manifesta desde os primeiros anos de vida. Pesquisas em psicologia do desenvolvimento demonstram que crianças pequenas já percebem diferenças de cor, cabelo e traços físicos, elaborando valores associados a essas características. Nesse contexto, a escola torna-se um espaço decisivo para a construção de identidades positivas, especialmente para crianças negras, que
historicamente foram submetidas a processos de invisibilidade e
estigmatização. A presença de práticas discriminatórias veladas, como a preferência por crianças brancas em atividades de destaque, a ausência de personagens negros nos materiais pedagógicos e a naturalização do "lápis cor de pele", reforça desigualdades e compromete o desenvolvimento emocional e social das crianças. Assim, o desenvolvimento de uma prática antirracista exige a reorganização do currículo, das interações e dos ambientes. A literatura infantil, a seleção de brinquedos, a escolha de
músicas e as imagens presentes na escola devem refletir a diversidade étnico-racial brasileira, garantindo que crianças negras se reconheçam positivamente nesses espaços.
Essa representatividade não pode ser esporádica ou restrita ao mês de novembro; deve constituir um eixo permanente do trabalho pedagógico. A abordagem antirracista também deve valorizar os saberes, as culturas e as contribuições africanas e afro-brasileiras, reconhecendo-as como parte fundamental da identidade nacional e não como conteúdos periféricos. A formação docente desempenha papel central nesse processo. Professores que não tiveram acesso a debates sobre relações étnico-raciais em sua formação inicial podem reproduzir, mesmo sem intenção, práticas excludentes. Portanto, a formação continuada precisa abranger conceitos como branquitude, identidade negra,

racismo estrutural e educação das relações étnico-raciais, possibilitando que o educador compreenda sua responsabilidade política no enfrentamento do racismo. O trabalho antirracista também exige uma postura ativa frente às manifestações preconceituosas entre as crianças.

Quando surgem comentários sobre cabelo, cor ou aparência, o educador deve intervir imediatamente, explicando em linguagem acessível porque essas falas são prejudiciais e reafirmando que todos os corpos são legítimos e belos. Outro aspecto essencial é a construção de ambientes que valorizem a estética negra. Bonecas negras, livros com protagonistas diversos, cartazes que evidenciem diferentes tons de pele e penteados, além de projetos que trabalhem ancestralidade e cultura afro-brasileira, contribuem para que as crianças desenvolvam uma percepção positiva da diversidade humana. A organização do espaço não é neutra; ela comunica valores e deve ser planejada com intencionalidade pedagógica. Portanto, uma educação antirracista na Educação Infantil não se resume a atividades isoladas, mas envolve mudanças profundas na prática pedagógica, na formação dos professores e na concepção de infância. Ela desafia a escola a superar o mito da neutralidade e assumir seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Dessa forma, a educação antirracista torna-se instrumento de emancipação, assegurando que todas as crianças cresçam reconhecendo-se como sujeitos de direitos, cultura e história.

## 2.3. A INFÂNCIA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL

A infância é uma fase determinante para a formação da identidade racial, pois é nesse período que as crianças começam a interpretar diferenças, construir percepções sobre si e formular ideias sobre pertencimento social. Pesquisas mostram que a partir dos dois ou três anos já é possível observar que as crianças notam diferença de cor de pele, tipos de cabelo, traços físicos e
características fenotípicas, e começam a associá-los a valores positivos ou negativos conforme o que vivenciam. Esse processo de construção identitária não se dá de forma isolada, mas é influenciado por interações familiares, sociais e, especialmente, escolares. Na Educação Infantil, o ambiente pode funcionar como espaço de acolhimento, afirmação e construção de autoestima ou, ao contrário, como ambiente de exclusão, invisibilidade e reforço de
estereótipos. A escola ocupa, portanto, papel central, pois seus discursos, práticas, imagens e materiais didáticos comunicam mensagens que moldam a percepção que a criança tem de si mesma.

Quando a instituição ignora a diversidade racial ou reforça padrões estéticos eurocentrados como normais, transmite a ideia de que apenas um grupo racial é valorizado e reconhecido. Consequentemente, crianças negras podem internalizar sentimentos de inadequação e inferioridade, enquanto crianças brancas podem desenvolver uma crença implícita de superioridade. Assim, compreender a infância como fase crítica da identidade racial significa reconhecer a urgência de práticas antirracistas consistentes, contínuas e intencionais, que contribuam para formar crianças conscientes de sua história, de sua estética e de sua potência. A identidade racial saudável precisa ser construída desde cedo, amparada por vivências que afirmem a diversidade e combatam o racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

## 2.4. REPRESENTATIVIDADE E AMBIÊNCIA: O ESPAÇO COMO MATERIAL DIDÁTICO ANTIRRACISTA

A ambiência escolar funciona como um poderoso material didático silencioso que influencia percepções, valores e relações desde a primeira infância. As paredes, os livros, os brinquedos, as imagens expostas, as músicas selecionadas e até a forma de organização do espaço transmitem mensagens sobre quem é valorizado, quem aparece, quem está no centro e quem permanece invisível. Em muitas salas de Educação Infantil, predominam personagens brancos, modelos europeus de beleza e materiais que reforçam padrões únicos de estética. Isso produz efeitos diretos no desenvolvimento das crianças, especialmente das crianças negras, que muitas vezes não se reconhecem nas

representações disponíveis. Uma ambiência antirracista exige escolhas intencionais: disponibilizar livros com protagonistas negros, bonecas e bonecos de tons variados de pele, cartazes representando famílias negras, indígenas e miscigenadas, e imagens que retratem diferentes culturas. A presença de referências positivas fortalece a autoestima das crianças negras e amplia o repertório cultural das crianças brancas. Além disso, é fundamental problematizar elementos naturalizados, como o lápis "cor de pele" utilizado como tom universal, propondo atividades que valorizem a multiplicidade de cores presentes no grupo. A organização do espaço também deve propor acesso igualitário: brinquedos negros não devem ser raridade nem peça decorativa, mas parte regular do cotidiano da turma. A ambiência antirracista transforma o ambiente escolar em espaço acolhedor, plural e afirmativo, comunicando às crianças que todas as identidades são legítimas e dignas de valorização. Assim, o espaço deixa de ser neutro pois neutralidade não existe e passa a ser instrumento pedagógico de combate ao racismo estrutural.

## 2.5. O PAPEL DAS INTERAÇÕES E DO BRINCAR NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O brincar é a principal forma de expressão e aprendizagem da infância e, por isso, revela de maneira clara como as crianças percebem e reproduzem estruturas sociais. Nas brincadeiras emergem preferências, exclusões, falas preconceituosas, disputas e negociações que refletem valores da sociedade racista em que vivemos. É comum observar crianças negras sendo preteridas para papéis de princesa, herói ou líder do grupo; serem alvo de piadas sobre seus cabelos ou sofrerem rejeição em jogos coletivos. Essas situações mostram que o racismo se manifesta na infância e não pode ser considerado algo "inocente" ou "sem intenção". Por isso, o papel do professor como mediador das interações é essencial. A educação antirracista exige intervenção pedagógica qualificada, na qual o educador não apenas observa, mas orienta, acolhe e desconstrói falas discriminatórias. É necessário garantir que crianças negras tenham oportunidades de protagonizar brincadeiras, assumir papéis de liderança e serem reconhecidas em suas potencialidades. Para isso, os materiais precisam refletir diversidade: bonecas negras, personagens negros, fantasias variadas e representações que ampliem as narrativas. O professor deve incentivar brincadeiras inclusivas, promover rodas de conversa sobre sentimentos e intervenções sensíveis diante de conflitos. O brincar também é espaço de construção de empatia e respeito, onde as crianças aprendem a conviver com diferenças e compreender que elas não determinam valor ou hierarquia. Assim, as interações no brincar, quando mediadas sob perspectiva antirracista, tornam-se oportunidades transformadoras, contribuindo para romper padrões discriminatórios e formar sujeitos mais conscientes, solidários e críticos.

## 2.6. FORMAÇÃO DOCENTE E CONSCIÊNCIA RACIAL NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A formação docente é um dos pilares mais importantes para a implementação de práticas antirracistas na Educação Infantil, pois o professor atua como agente transformador do cotidiano escolar. Entretanto, grande parte dos profissionais da educação ainda conclui sua formação inicial sem contato com estudos sobre relações étnico-raciais, o que resulta em práticas pedagógicas que frequentemente reforçam a neutralidade racial, invisibilizando desigualdades. A ausência dessa formação leva muitos educadores a reproduzir ideias como "todas as crianças são iguais", discurso que desconsidera que as desigualdades raciais começam na infância e exigem intervenção pedagógica intencional. A formação antirracista deve incluir reflexões sobre branquitude, racismo estrutural, colonialidade, identidade negra, estética negra, representatividade, legislação específica e práticas pedagógicas afirmativas. É essencial que o professor compreenda seu lugar social, reconheça seus privilégios e analise suas próprias crenças para evitar que discursos ou atitudes discriminatórias sejam naturalizadas na sala de aula. A formação contínua também precisa abordar estratégias de mediação de conflitos raciais, análise crítica de materiais pedagógicos, re-

organização dos espaços e metodologias que valorizem saberes afro-brasileiros e africanos. O educador antirracista não é neutro: ele se posiciona, intervém, transforma e assume compromisso ético e político na construção de ambientes democráticos. A escola só conseguirá construir práticas antirracistas se seus educadores forem preparados, conscientes e comprometidos, pois são eles que promovem mudanças estruturais no cotidiano da Educação Infantil.

## 2.7. CURRÍCULO, CULTURA E A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS PLURAIS

O currículo escolar, entendido como conjunto de saberes, práticas, discursos e escolhas culturais, é uma das ferramentas mais potentes para combater ou reforçar desigualdades raciais. Currículos eurocentrados, ainda predominantes nas escolas brasileiras, privilegiam histórias, autores e conhecimentos europeus, invisibilizando ou reduzindo narrativas afro- brasileiras e africanas a conteúdos pontuais, geralmente associados a sofrimento, escravidão ou folclore. Uma educação antirracista exige revisão profunda desse currículo, transformando-o em instrumento de justiça, pluralidade e representatividade. Isso inclui a inserção de histórias africanas pré-coloniais, narrativas de resistência quilombola, contribuições negras para ciência, tecnologia, literatura, arte, filosofia e medicina. Também é importante valorizar saberes tradicionais afro-brasileiros, como culinária, religiosidade, práticas corporais e musicalidade, sempre de maneira
contextualizada e respeitosa. Além disso, o currículo deve dialogar com a realidade das crianças, reconhecendo a cultura das famílias como legítima e valiosa. A abordagem antirracista no currículo não se limita a incluir novos conteúdos, mas reorganiza todo o processo pedagógico, as metodologias, os projetos e as práticas avaliativas. Assim, a escola passa a reconhecer a diversidade racial como constituinte do Brasil, rompendo com modelos hegemônicos e possibilitando que todas as crianças se sintam representadas e valorizadas. A construção de narrativas plurais contribui para formar sujeitos críticos, conscientes e preparados para transformar a sociedade.

## 2.8. LINGUAGENS, ESTÉTICA E VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO- BRASILEIRA

As linguagens expressivas oralidade, música, corpo, dança, artes visuais, literatura e dramatização são dimensões fundamentais para a construção da educação antirracista na Educação Infantil, pois por meio delas as crianças constroem sentidos, elaboram emoções e se apropriam de identidades. A cultura afro-brasileira, marcada pela musicalidade,
ancestralidade, oralidade e força estética, oferece inúmeras possibilidades pedagógicas. Trabalhar ritmos africanos, instrumentos de percussão, brincadeiras de roda de origem africana e cantigas tradicionais permite às crianças vivenciarem a riqueza cultural que compõe o Brasil. A literatura afrocentrada, com protagonistas negros, heroínas de cabelos crespos, famílias diversas e narrativas positivas, amplia o repertório simbólico das crianças e quebra estereótipos. Nas artes visuais, é possível explorar
diferentes tons de pele, texturas de cabelo e expressões faciais, valorizando a estética negra e promovendo autoestima. O corpo também deve ser reconhecido como linguagem de afirmação: dançar, interpretar, movimentar- se e vivenciar gestos da cultura afro-brasileira fortalece a identidade e promove pertencimento. O professor precisa evitar a folclorização, tratando essas práticas com profundidade e respeito. Assim, as linguagens tornam- se ferramentas transformadoras que permitem às crianças compreenderem a pluralidade cultural, desenvolver sensibilidade estética e ressignificar imaginários racistas, favorecendo uma educação mais democrática, inclusiva e representativa.

## 3. CONCLUSÃO

A educação antirracista na Educação Infantil constitui um compromisso ético, político e pedagógico indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Ao longo deste estudo, demonstrou-se que o racismo se manifesta desde os

primeiros anos de vida, influenciando identidades, relações e percepções de valor social. Por isso, a escola, como espaço privilegiado de convivência, deve assumir papel ativo no enfrentamento dessas desigualdades.

A criação de ambientes representativos, a mediação qualificada das interações, a valorização das culturas afro-brasileiras e africanas, assim como a formação contínua dos educadores, revelam-se elementos fundamentais para a promoção de práticas transformadoras. A elaboração de um currículo plural, que contemple narrativas diversas e reconheça as contribuições históricas e culturais dos povos africanos e afro-brasileiros, é condição essencial para romper com modelos eurocentrados e desconstruir imaginários que inferiorizam identidades negras.

A reflexão proposta neste trabalho evidencia que ser antirracista não significa apenas evitar atitudes discriminatórias, mas agir de forma intencional, planejada e consciente para combater estruturas que produzem desigualdades e invisibilizações. Assim, a Educação Infantil torna-se espaço de afirmação, pertencimento e construção de autoestima, garantindo que todas as crianças, especialmente as negras, sejam reconhecidas em sua dignidade, humanidade e potência. Portanto, a educação antirracista é um processo contínuo, que exige estudo, sensibilidade, escuta e compromisso.

Ela implica revisar práticas, repensar materiais, reconstruir discursos e dialogar com as famílias e a comunidade. Mais do que uma obrigação legal, é uma necessidade social que repercute no desenvolvimento integral das crianças e influencia sua trajetória futura. Assim, consolidar práticas antirracistas desde a Educação Infantil representa investimento na formação de sujeitos críticos, conscientes e capazes de transformar realidades, contribuindo para o
fortalecimento de uma sociedade que valoriza a diversidade como parte estruturante de sua identidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 2010.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar. São Paulo: Contexto, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade como ferramenta de luta. São Paulo: Sueli Carneiro, 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo e brincadeira. São Paulo: Cortez, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo e etnia. Brasília: MEC, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de marca. São Paulo: EdUSP, 1998.

OLIVEIRA, Rosângela Souza. Educação infantil e diversidade étnico-racial. São Paulo: Autêntica, 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil: desigualdades e diferenças. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Petronilha Beatriz. Educação das relações étnico-raciais. Brasília: MEC, 2005.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial. São Paulo: Autêntica, 2021.

WERNECK, Jurema. O racismo como determinante da saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2016.